

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Fim do reajuste periódico é vitória de Castello Branco	2
Título: Engie quer assumir papel relevante no gás natural.....	3
Título: Ao menos quatro petroleiras monitoram leilão do pré-sal.....	5
Título: Curtas	7
Título: União perde disputa sobre custo de energia.....	7
Título: GreenYellow vai investir em geração distribuída em São Paulo.....	9
Título: Estatais estrangeiras gastam R\$ 120 bi no setor de infraestrutura do Brasil, e movimento vai crescer	10
Título: Petróleo impulsiona ganhos em Wall Street	18
Título: Zema quer mudar Constituição de MG para facilitar processo de privatização	19
Título: Parecer rejeita fim de tabelamento de frete	20
Título: Vale negocia dois acordos com a Justiça	22
Título: EUA acusam Irã por ataque a navios; petróleo sobe	24
Título: Odebrecht pode levar R\$ 50 bi à Justiça.....	26
Título: MP de Alagoas vai recorrer de decisão favorável à Braskem	28
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	30
Título: Petrobrás tem oferta de US\$ 1 bi por áreas e recebe R\$ 33 bi da TAG.....	30
Título: Caixa executa garantias da Odebrecht	31
Título: » Meu.....	32
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	32
Título: Após aval do STF, Petrobras recebe R\$ 33,5 bilhões por rede de gasodutos.....	32
Título: Governo marca para 6 de novembro megaleilão do pré-sal	33
VEÍCULO: O Globo.....	33

Título: Após julgamento do Supremo, Petrobras conclui venda da TAG.....	33
Título: Governos precisam planejar o futuro com receitas do petróleo.....	35

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 14/06/2019

Seção: Brasil

Autor: André Ramalho | Do Rio

Título: Fim do reajuste periódico é vitória de Castello Branco

A nova mudança na política de preços dos combustíveis da Petrobras pode ser interpretada como um movimento estratégico da estatal, depois da celebração do termo de compromisso com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), para venda de oito de suas refinarias. Para o diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE), Adriano Pires, ao anunciar que não trabalhará mais com periodicidades definidas nos reajustes do diesel e gasolina, a petroleira dá, num momento oportuno, um "sinal econômico positivo" para eventuais interessados na aquisição de seus ativos de refino.

A estatal anunciou anteontem que não trabalhará mais com periodicidade definida nos reajustes de diesel e gasolina.

"Se a empresa tem liberdade para fazer a sua própria precificação, ela não pode ter uma periodicidade fixa. Com o anúncio, a Petrobras dá, em tese, um sinal de que volta à normalidade, de que tem liberdade para reajustar quando bem entender", comenta Pires.

Ele destacou, porém, que, para de fato atrair o interesse de investidores, será preciso manter a perenidade das decisões. "Se em um mês a Petrobras mudar de novo a forma de reajustar, o esforço será em vão. Precisa de perenidade, porque temos vivido uma inconstância [na política de preços]."

A nova mudança na periodicidade dos reajustes da Petrobras é mais um novo capítulo na história recente de idas e vindas da política de preços da estatal, que já passou por quatro mudanças desde a greve dos caminhoneiros de 2018.

Ao anunciar que não trabalhará mais com periodicidade definida nos reajustes, o presidente Roberto Castello Branco chega ao ponto que desejava desde que assumiu o comando da estatal. "Não podemos estabelecer periodicidade", afirmou o executivo em entrevista ao **Valor**, em fevereiro. Na ocasião, ele defendeu que a companhia deveria realizar reajustes sempre que julgasse necessário. Na prática, porém, ele não conseguiu implementar a proposta de imediato.

A história recente da política de preços da Petrobras é de idas e vindas. Desde a greve dos caminhoneiros, em maio de 2018, já foram quatro mudanças na prática de reajustes da estatal para o diesel.

A paralisação pôs fim aos reajustes praticamente diários da gestão Pedro Parente. Na tentativa de aplacar os ânimos do movimento, a petroleira anunciou na época uma medida extraordinária, um desconto de 10% no litro do diesel e um congelamento dos preços por 15 dias. Logo depois, o então presidente Michel Temer anunciou um programa de subsídios, com desconto de R\$ 0,30 nos preços na refinaria, e reajustes mensais. Foi a primeira mudança.

Na virada do ano, com o fim dos subsídios, a Petrobras voltou a ter liberdade para reajustar a qualquer momento, mas, já preocupada com a reação da opinião pública, reduziu a frequência. Com o uso de mecanismos de proteção (hedge), a estatal estabeleceu que poderia congelar os preços por até sete dias consecutivos.

A mudança mais recente ocorreu em março, em meio a rumores sobre nova greve de caminhoneiros. A empresa espaçou os reajustes e se comprometeu a manter os preços do diesel congelados por pelo menos 15 dias.

A ideia, contudo, fracassou em seu primeiro teste. Em abril, após 20 dias de preços congelados, ela elevou em 5,7% o diesel, mas o reajuste foi suspenso após intervenção do presidente Jair Bolsonaro, em episódio que gerou forte estresse no mercado.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 14/06/2019

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho e Francisco Goes | Do Rio

Título: Engie quer assumir papel relevante no gás natural

Ao concluir ontem a compra da Transportadora Associada de Gás (TAG), a Engie estreia no mercado brasileiro de gás natural, com o objetivo de se tornar um

dos agentes mais relevantes do setor, disse o presidente da companhia no Brasil, Maurício Bähr. Com o fechamento da operação, a Petrobras transferiu 90% de suas ações na TAG para a Aliança - empresa constituída pela Engie e o fundo canadense de pensão Caisse de Dépôt et Placement du Québec (CDPQ), que depositaram R\$ 31,5 bilhões na conta da estatal.

Segundo Bähr, a compra da TAG permite à Engie se posicionar no mercado brasileiro de gás, num momento em que o setor passa por um "ciclo de desenvolvimento" semelhante ao vivido no mercado de energia elétrica nos anos 1990.

"Queremos ser um 'player' importante e que está junto no mercado para que as coisas aconteçam. Queremos ter papel relevante, dinâmico e que fomente essa abertura", afirmou.

Bähr destacou que o interesse da Engie não se limita ao segmento de transporte e que a empresa também mira outros negócios dentro do mercado de gás.

"Vamos trabalhar em outras oportunidades, como a distribuição, a estocagem e o biogás", disse.

Além do valor pago diretamente pela Aliança à Petrobras, mais R\$ 2 bilhões foram destinados à liquidação de uma dívida da TAG com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O negócio foi estruturado com 30% de capital próprio e 70% de financiamento junto a um pool de dez bancos (Bradesco, Itaú e Banco do Brasil, Credit Agricole, BNP Paribas, ING, Mitsubishi, Mitsui, Société Générale e Sumitomo). Para o executivo, o apoio dessas instituições é um sinal "muito positivo" para o país.

"Esses bancos não só emprestaram dinheiro, mas em modalidade de financiamento que não tem garantias adicionais além do próprio projeto. É um marco de um acordo grande e que sustenta por si próprio. O Brasil goza dessa credibilidade nesse momento, de aceitar que esse dinheiro seja colocado em um negócio sem as garantias usuais, como garantias corporativas dos sócios. É um project finance que demonstra o interesse dos bancos de entrar investindo a longo prazo e nesses volumes", disse.

O fechamento da operação estava previsto inicialmente para 31 de maio, mas foi adiado por força de uma liminar do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin. A cautelar, no entanto, foi derrubada na semana passada, após a Corte decidir que subsidiárias de estatais podem ser vendidas sem aval do Poder Legislativo ou necessidade de licitação.

"Culminou com um aval do STF, que foi algo muito positivo. Dá robustez e segurança necessária que transação passou por 1,5 ano de negociação, com crivo do TCU [Tribunal de Contas da União], e que foi coroada com aprovação do Supremo mostrando que está tudo dentro da normalidade", disse Bähr.

A TAG passa a ser comandada a partir de hoje pelo engenheiro Gustavo Labanca, então diretor de desenvolvimento de negócios da Engie Brasil. De olho em novas oportunidades de negócios no Brasil, Bähr conta que já a partir de hoje a empresa passará a se concentrar na defesa de uma mudança da regulação que veda a participação de empresas de serviços públicos de energia elétrica no segmento de distribuição de gás. "Isso não faz sentido", afirma.

Questionado se a Engie tem interesse de participar de eventuais privatizações de distribuidoras estaduais de gás canalizado, Bähr disse que o negócio atrai o interesse porque permitiria à companhia "ter uma conexão direta com os clientes". Ele afirmou ainda que também acompanha de perto os desdobramentos da discussão sobre a abertura do mercado de gás.

O executivo destacou a importância de se manter o respeito aos contratos e que vê como positiva a proposta do governo de abrir a capacidade ociosa dos gasodutos existentes. "Seria uma oportunidade de diversificação [de clientes para seus gasodutos]", disse.

A TAG será operada agora pela Engie (58,5%), CDPQ (31,5%) e Petrobras (10%). Os sócios asseguraram direito de preferência caso a estatal coloque à venda sua fatia remanescente.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 14/06/2019

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho | Do Rio

Título: Ao menos quatro petroleiras monitoram leilão do pré-sal

Ao menos quatro petroleiras estrangeiras estão monitorando de perto os desdobramentos do leilão dos excedentes da cessão onerosa. As multinacionais BP, Shell, Total e Petrogal manifestaram oficialmente algumas preocupações com a forma como se dará o pagamento da compensação financeira à Petrobras e enviaram recentemente, ao **Ministério de Minas e Energia (MME)**, algumas contribuições para aperfeiçoar as regras da licitação. Ontem, a Agência Nacional de Petróleo (ANP) publicou o pré-edital e a minuta do contrato da licitação.

Inicialmente previsto para 28 de outubro, o leilão foi remarcado para 6 de novembro.

Os excedentes são os volumes descobertos de petróleo que ultrapassam os 5 bilhões de barris aos quais a Petrobras tem direito a produzir no pré-sal, como parte da cessão onerosa - contrato assinado em 2010, dentro da operação que culminou no aumento da fatia da União no capital da estatal.

Pelo menos uma das sugestões das petroleiras já foi acatada pelo governo. Pouco antes da divulgação do pré-edital da licitação, ontem, o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) publicou alguns ajustes nas diretrizes sobre o cálculo da compensação financeira que será paga à Petrobras. Pelas regras da rodada, as vencedoras da licitação assinarão um acordo de coparticipação com a petroleira brasileira nos campos de Búzios, Atapu, Itapu e Sépia, na Bacia de Santos, e pagarão uma compensação à estatal pelos investimentos já feitos nas áreas.

Com a mudança na redação da resolução, o CNPE deixou claro que os valores que serão pagos à Petrobras serão recuperáveis como custo em óleo. Ou seja, na prática esses valores serão abatidos da parcela de óleo que será partilhada com a União, no contrato de partilha. O conselho fez ainda outra mudança nas regras: o marco para cálculo da compensação à Petrobras deixou de ser a assinatura dos contratos de partilha dos excedentes e passou a ser o acordo de coparticipação que será assinado entre as empresas.

Durante o período da consulta pública das regras da compensação, a BP disse que o leilão oferece "uma oportunidade única para a atração de novos e vultosos investimentos no setor de petróleo e gás do Brasil", mas que as regras apresentadas até então ofereciam "elevado grau de incerteza aos investidores". As petroleiras têm, agora, até 3 de julho para apresentar suas contribuições sobre o pré-edital e a minuta do contrato.

A BP questiona, por exemplo, as regras atuais que obrigam as empresas a arcarem com os tributos devidos pela Petrobras em decorrência do pagamento da compensação. Segundo a empresa, a proposta consiste num "risco de grande magnitude e que pode afastar investimentos".

Já a Petrogal sugere que os bônus de assinatura pagos pelas empresas no leilão possam ser devolvidos, em caso de recusa de assinatura do acordo de coparticipação por alguma das partes. A Shell também manifesta preocupação com as negociações sobre a compensação e sugere um processo de peritagem para a hipótese de as partes não chegarem a um acordo sobre os valores.

O leilão dos excedentes envolve volumes vultuosos de investimentos. As quatro áreas que serão oferecidas - Búzios, Itapu, Sépia e Atapu - somam R\$ 106 bilhões em bônus de assinatura. O pagamento deverá ser feito pelas vencedoras até 27 de dezembro. A assinatura dos contratos está marcada para até 31 de março.

VEÍCULO:	Valor Econômico
Data:	14/06/2019
Seção:	Empresas
Autor:	
Título:	Curtas

Petrobras recebe ofertas

A Petrobras recebeu, no dia 5 deste mês, as ofertas finais para a venda dos campos em águas rasas Enchova e Pampo, localizados na Bacia de Campos. Segundo a estatal, o preço ofertado pelos ativos supera US\$ 1 bilhão, considerando pagamentos firmes e contingentes. A empresa havia sido questionada no dia 30 de maio pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), depois de a agência de notícias "Reuters" e a revista "Época Negócios" publicarem reportagens sobre as ofertas. Na época, a companhia havia confirmado que as tratativas estavam na fase final. A empresa reiterou que a transação ainda será submetida à aprovação pelos órgãos competentes.

Minério chega a US\$ 110

Os preços do minério de ferro no mercado transoceânico voltaram a subir ontem e pela primeira vez, desde abril de 2014, superaram a marca dos US\$ 110 por tonelada. Segundo o índice de preços da publicação especializada "Fastmarkets MB", a tonelada do minério com pureza média de 62% entregue no porto de Qingdao subiu 3,3%, para US\$ 110,16. Conforme a Fastmarkets, a cotação no mercado à vista foi impulsionada pela valorização dos contratos futuros na noite anterior, que chegaram a tocar o limite diário de alta de 6%. Além disso, siderúrgicas chinesas dedicadas ao aço plano ainda estão operando com margem positiva, o que dá sustentação aos preços, em um ambiente de restrição de oferta.

VEÍCULO:	Valor Econômico
Data:	14/06/2019
Seção:	Empresas
Autor:	Camila Maia De São Paulo
Título:	União perde disputa sobre custo de energia

A primeira grande onda de judicialização do setor elétrico decorrente da intervenção do governo da ex-presidente Dilma Rousseff, em 2013, terminou com a derrota definitiva da União. O Tribunal Regional Federal da 1ª Região negou o último recurso da União na principal ação que questionava o rateio de custos do despacho de termelétricas mais caras com geradores e consumidores.

A ação em questão tinha como autora a Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica (Apine), e era contrária à resolução 03 do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE). A polêmica regra, que foi objeto de questionamento de dezenas de outras ações na Justiça, alterava o critério de rateio dos custos das termelétricas acionadas fora da ordem de mérito. O pagamento desse custo, antes arcado pelos consumidores, passou a ser feito também por comercializadores e geradores.

Segundo Guilherme Coelho, do escritório Sergio Bermudes Advogados e representante da Apine na ação, essa foi a primeira grande onda de judicialização causada pela intervenção do governo que visava reduzir as tarifas de energia depois da publicação da Medida Provisória (MP) 579, em 11 de setembro de 2012. As consequências da MP, convertida na Lei 12.783/13, foram objeto de intensa briga judicial. O objetivo de redução de preços de energia não foi alcançado. Uma seca prolongada e desequilíbrios no mercado creditados à MP acabaram resultando no chamado "tarifaço" de 2015, adiado para depois das eleições presidenciais de 2014.

A derrota da União é simbólica e tem caráter "pedagógico", por mostrar que governos não podem impor ao setor produtivo custos que sejam reflexo de decisões "equivocadas" na condução das políticas econômicas, segundo Coelho. "Não é de interesse do agente ficar questionando a política setorial. Ele faz isso em último caso", disse o advogado. Segundo ele, o nível de judicialização era "baixíssimo" antes de 2012 e das mudanças nas regras que se seguiram. Desde 2016, as novas mudanças nas regras do setor passaram a ser discutidas de forma intensa com os agentes. "O governo precisa de investidores, precisa sinalizar estabilidade, então é importante que todos os agentes participem das discussões para evitar a judicialização, que é um custo para todos", disse Coelho.

A resolução do CNPE de março de 2013 acabou sendo contestada na Justiça por praticamente todos os geradores e comercializadores, que conseguiram liminares para manter o custeio do acionamento das termelétricas apenas com consumidores. Ao operacionalizar a cobrança do acionamento das termelétricas, a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) rateava o custo entre os agentes sem liminar - os consumidores.

Em 2017, a Aneel aprovou a regulamentação da Lei 13.360/2016, que tornou oficial o fim da resolução de 2013 e reconheceu que o pagamento do custo extra cabe aos consumidores. A mudança, contudo, não teve efeitos pretéritos. Segundo Coelho, como o recurso da União foi negado no caso da ação da Apine, e a decisão já transitou em julgado, os associados da entidade não poderão mais ser cobrados nesse caso. No acórdão, o desembargador federal José Amílcar Machado escreveu que o ato do CNPE seria administrativo e de natureza propositiva, e não poderia impor o rateio do custo sem que a mudança fosse submetida à apreciação pelo Legislativo.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 14/06/2019

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia | De São Paulo

Título: GreenYellow vai investir em geração distribuída em São Paulo

A GreenYellow, empresa francesa de energia controlada pelo Casino, vai investir R\$ 40 milhões na construção de duas usinas de geração solar fotovoltaica no interior de São Paulo. Os dois empreendimentos, de 5 megawatts (MW) cada, serão enquadrados como geração distribuída, na qual a energia gerada é injetada na rede e revertida em créditos na conta de luz do consumidor. Nesse caso, um único cliente vai arrendar os empreendimentos por 15 anos, contou ao **Valor** o presidente da companhia no Brasil, Pierre-Yves Mourgue.

As duas unidades serão instaladas nos municípios de Penápolis e Barbosa, no interior paulista, a cerca de 570 quilômetros da capital. A InvestSP, Agência Paulista de Promoção de Investimentos e Competitividade, assessorou a GreenYellow nos projetos ajudando na obtenção de licenças e infraestrutura. "Eles nos ajudaram a achar os terrenos, que é algo sempre delicado", disse Mourgue.

O investimento nos dois projetos de geração será feito com capital próprio da GreenYellow. Mourgue lembrou que a companhia recebeu, no fim do ano passado, um aporte de € 150 milhões com a entrada de dois sócios (a gestora francesa Tikehau Capital e o banco de fomento francês Bpifrance), aumentando a disponibilidade de recursos para serem aportados. No Brasil, a controlada do Casino pretende investir R\$ 300 milhões neste ano, praticamente o dobro dos aportes feitos desde que se instalou no país, em 2013, que somam cerca de R\$ 340 milhões.

Hoje com 10 MW em operação em projetos de geração solar distribuída, a GreenYellow está tratando da construção de outros dez empreendimentos no

país, contando os dois no interior de São Paulo. "Até o fim do ano, deveremos ter de 40 MW a 50 MW em operação no país", disse Mourgue.

A GreenYellow, especializada em geração distribuída e eficiência energética, arrenda as usinas e também faz contratos de operação e manutenção dos ativos com os clientes. O pagamento pode ser feito com a economia apurada a cada mês ou em parcelas fixas, a depender da negociação do contrato. Além das usinas, a companhia administra também cerca de 900 projetos de eficiência no país.

"Os projetos das usinas da GreenYellow são classificados internamente como economia verde. Esse é apenas um exemplo do que esse setor pode trazer de investimentos para São Paulo e demonstram todo o potencial que o Estado tem para oferecer as condições necessárias para que outras iniciativas semelhantes cheguem por aqui", disse Wilson Mello Neto, presidente da InvestSP.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 14/06/2019

Seção: Cultura e Estilo

Autor: Roberto Rockmann | Para o Valor, de São Paulo

Título: Estatais estrangeiras gastam R\$ 120 bi no setor de infraestrutura do Brasil, e movimento vai crescer

O desenho do setor de infraestrutura no Brasil tem ganhado novo contorno, com a maior presença de estatais estrangeiras em concessões, parcerias público-privadas (PPPs) e obras. Em cinco anos, mais de R\$ 120 bilhões foram gastos por companhias internacionais em aquisições, fusões ou pagamento de outorgas. Esse movimento vai crescer. Boa parte dos investimentos é liderada por estatais chinesas, mas elas estão longe de ser as únicas nesse processo. Companhias cujos acionistas relevantes são os governos da Espanha, França, Itália, Alemanha e Colômbia reforçam seu posicionamento no mercado brasileiro de infraestrutura, o maior da América Latina.

Os investimentos são vistos, principalmente, em energia elétrica, óleo e gás, mas o setor de transporte, com destaque para aeroportos e ferrovias, também atrai o interesse dessas estatais. Na área de distribuição de energia, cerca de um terço do mercado está nas mãos delas. Em geração de energia, detêm pouco mais de 20 mil MW (cerca de 1,5 vez a capacidade da hidrelétrica de Itaipu, uma das três maiores do mundo). Nos aeroportos, três dos dez maiores terminais (Confins, Recife e Porto Alegre) têm participação acionária desse grupo de

companhias. Em ferrovias, estatais chinesas e russas estudam investimentos em segmento em que os atuais operadores são empresas privadas nacionais (Rumo, MRS, Vale).

O resultado é reflexo de seis fatores: 1) crise fiscal; 2) desdobramentos da Operação Lava-Jato, que reduziu o poder de fogo de grandes grupos nacionais e eliminou a barreira de ingresso de empresas internacionais no Brasil; 3) escassez de negócios em países cujo mercado de obras está maduro; 4) taxa de retorno de empreendimentos no Brasil em um momento de liquidez internacional; 5) declínio de estatais brasileiras, que endividadas têm vendido ativos e reduzido presença na economia com 200 milhões de consumidores; 6) transição para uma economia de baixo carbono, que destaca o Brasil, líder em agricultura e energia renovável.

Para o ex-ministro da Fazenda e atual diretor da Faap Rubens Ricupero, diferentemente do Brasil, que nunca implementou um modelo de internacionalização de suas empresas, alguns países, com destaque para a China, adotaram uma estratégia de longo prazo de fazer empresas ganharem mercados externos para fomentar a competitividade delas, facilitando acesso a financiamentos e garantias.

Na década de 70, o setor público e as estatais investiam 5% do PIB no Brasil. Hoje esse percentual caiu drasticamente. "O mercado de infraestrutura passou por grandes transformações, com estatais endividadas, grupos privados com dificuldades e a política de financiamento do BNDES com subsídios para projetos com taxas de retorno abaixo do previsto colocada em xeque. Esse vácuo vem sendo preenchido com diversos atores, entre eles estatais estrangeiras em segmentos estratégicos", afirma Ricupero.

Esse movimento deverá se intensificar nos próximos meses, diante de negócios que poderão movimentar mais de R\$ 100 bilhões, sendo uma fatia provavelmente adquirida por essas estatais estrangeiras, que deverão reforçar sua presença no mercado brasileiro. Em óleo e gás, a Petrobras deverá se desfazer de mais ativos em gás natural e deverá vender 50% de participação em refinarias e sua fatia majoritária na BR Distribuidora. Em energia elétrica, o governo estuda privatizar a Eletrobras.

Em transportes, deverão ser transferidos à iniciativa privada novas linhas férreas, com investimentos de mais de R\$ 30 bilhões, terminais portuários e

aeroportos, como Congonhas e Santos Dumont, e a participação da estatal Infraero em terminais como Galeão, Guarulhos e Viracopos.

Um dos maiores grupos de construção no mundo, a chinesa CCCC tem investido na diversificação de seus mercados além da Ásia. Um passo foi a aquisição de uma empresa na Austrália para participar de obras naquele país. Há cerca de três anos, a companhia ingressou no Brasil ao comprar 80% da Concremat, se tornando o primeiro investimento chinês na área. A ideia foi usar o conhecimento da empresa no mercado brasileiro, com foco em obras tocadas por empresas privadas.

O objetivo é participar do desenho do projeto à entrega dele. A receita, que no ano passado foi de R\$ 550 milhões, deve pular para R\$ 900 milhões. As principais obras tocadas são de um terminal portuário no Maranhão, empreendimento sob responsabilidade de sua controladora, e um gasoduto que vai abastecer o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj).

"Com a crise fiscal, não acreditamos em obras públicas, estamos querendo olhar as obras privadas e estamos estudando projetos para atuar em concessões e PPPs. O foco é logística de carga, como porto, pontes e ferrovias, onde o conhecimento do grupo na China é um diferencial", diz Mauro Viegas, presidente da Concremat. O Brasil atraiu a CCCC pelas oportunidades de investimentos. Além do conhecimento técnico em grandes obras, os chineses aportam outro trunfo: capital. "Ferrovias e portos são projetos com receita atrelada a câmbio, e o financiamento em dólar passa a ser relevante", diz o executivo. A empresa conta com bancos chineses como parceiros que podem oferecer linhas de capital.

Responsável por cerca de 12% da receita do grupo, o Brasil é o maior mercado da CTG fora da China. Os 200 milhões de consumidores e a matriz de energia, calcada em hidrelétricas e renováveis como eólica e solar, atraíram o interesse. Desde 2013, foram investidos R\$ 23 bilhões no Brasil, principalmente em aquisições, com o grupo possuindo hoje pouco mais de 8 GW de capacidade, atrás da francesa Engie, com cerca de 10 GW, cujo maior acionista é o governo da França, com 25% de participação. No radar, estão hidrelétricas e, em um segundo momento, usinas eólicas e solares. A eventual privatização da Eletrobras será acompanhada.

O presidente da CTG Brasil, Li Yinsheng, diz que o Brasil tem grande base de consumidores e um consumo per capita ainda baixo. Apesar de a companhia ser

controlada pelo governo chinês, ele afirma que "somos uma empresa, fazemos negócios e temos independência para tocar os projetos". A abertura de capital das operações no Brasil pode ser estudada no médio prazo, assim como a atração de um investidor estratégico. "São opções que podemos analisar, mas não no curto prazo."

A gigante chinesa State Grid avançou além da área de transmissão, em que já é uma das líderes, adquirindo o controle da CPFL Energia por R\$ 40 bilhões. Agora a chinesa prepara a reabertura de capital da distribuidora, que está em período de silêncio por causa da operação. Com 5% de suas ações no mercado, especula-se que a empresa poderia vender 10% a 12% de ações. O avanço chinês poderá ser maior. Décimo maior produtor de petróleo do mundo, o Brasil deverá subir no ranking em dez anos e poderá chegar à quinta posição.

A camada do pré-sal, descoberta em 2006, já responde por mais de metade da produção e poderá fazer o país elevar sua produção de 2,6 milhões de barris por dia para mais de 6 milhões de barris por dia em 2030 e se tornar relevante exportador da commodity. O plano de desinvestimento da Petrobras atrai as empresas chinesas, diz Larissa Wachholz, sócia da Vallya, que assessora investimentos desses grupos no Brasil. A estatal brasileira deverá se desfazer de participação majoritária na BR Distribuidora, deverá continuar vendendo ativos em óleo e gás e vender 50% da sua capacidade de refino.

Em audiência na Câmara nesta semana, o presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, afirmou que o processo de desinvestimento da empresa, iniciado em 2015, não é um desmonte. "Há simplesmente uma gestão de portfólio." Ele disse que a empresa pretende investir US\$ 105 bilhões, acima dos US\$ 85 bilhões até 2023 previstos anteriormente, e levantar entre US\$ 30 bilhões e US\$ 35 bilhões com o programa de desinvestimentos nos próximos cinco anos.

"A cadeia de energia interessa às empresas chinesas, além de outras asiáticas, como a coreana Kogas. As reservas de petróleo e as vantagens competitivas em energias renováveis e a desverticalização da cadeia de óleo e gás tornam o Brasil estratégico para esses grupos que olham a América Latina", diz Larissa.

Maior geradora privada do país, a Engie pagou US\$ 8,6 bilhões pela malha de gasodutos da Petrobras no Nordeste, de olho nas oportunidades que se abrem com as térmicas ganhando espaço com o avanço de hidrelétricas a fio d'água e fontes intermitentes e a abertura do mercado.

Hoje 85% do gás está voltado para as indústrias e térmicas. Armazenamento de gás é um dos produtos que podem ser criados no médio prazo. O mercado livre de gás pode ganhar espaço. "O desafio é criar uma regulação que contemple cada elo da cadeia. Pode-se pensar que em 2025 consumidores industriais acima de um determinado consumo tenham liberdade para escolher o fornecedor, o que ocorre com o setor elétrico", diz Emmanuel Delfosse, diretor de gás da Engie, atenta a novas oportunidades em gás, como distribuidoras ou térmicas.

Em distribuição, a estatal italiana Enel é líder, depois de ter desembolsado R\$ 5,5 bilhões para adquirir o controle da Eletropaulo, a maior do país, com pouco mais de 6,5 milhões de clientes e com cerca de 10% do consumo de energia do Brasil. Com pouco mais de 25 milhões de clientes em operações no mundo, o Brasil é o segundo maior mercado de distribuição da empresa e responde por cerca de 15% do investimento do grupo. "A modernização e a digitalização das redes é o pilar principal dos investimentos em nossas áreas de concessão. Com o avanço de questões regulatórias no Brasil, o próximo passo nesse processo de digitalização é a instalação em grande escala de medidores inteligentes. Temos um programa que prevê a instalação deles até 2021 em São Paulo. O programa está sujeito à evolução da regulamentação e da certificação exigida pelo Inmetro", afirma Nicola Cotugno, presidente da Enel no Brasil.

Para Luiz Barroso, presidente da PSR, principal consultoria de energia, o movimento não é novo. No fim da década de 90, a francesa EDF comprou a Light no Rio; Endesa (agora Enel) comprou a Cerj e Coelce. Em transmissão, a ISA da Colômbia comprou a Cteep de São Paulo. "Estas empresas investiram pela possibilidade de diversificar suas operações e de melhorar a gestão operacional e comercial das empresas locais, o que permitiria taxas de retorno atraentes. Essa lógica se mantém nos dias de hoje." Barroso analisa que a presença delas pode aumentar com as privatizações. "Isso não causa preocupação desde que tenhamos um ambiente regulatório com regras claras e reguladores independentes, preparados e com recursos para atuar garantindo a competição e um ambiente de negócios isonômico para todos", afirma.

Já o ex-presidente da Alstom e do conselho de administração da Eletrobras José Luiz Alquéres tem ressalvas. "Existe uma grande liquidez no mundo, e essas grandes estatais estrangeiras têm acesso a capital muito mais barato do que as empresas brasileiras. Muitas delas estão em países com taxas de juros negativos. Assim investir num setor regulado no Brasil onde podem ganhar em

termos reais 6% a 10% ao ano é um grande negócio. Para elas, o risco é pequeno e a modernização que trazem nem sempre é expressiva. Já até se brinca dizendo que o que chamam de 'best practices' nos seus países de origem já se considera 'past practices'", diz.

Para ele, a futura privatização da Eletrobras, que responde por 50% da geração do país, traz preocupações. "Deveria haver tetos para essa participação estrangeira e jamais permitir que atinjam condições semimonopolísticas como seria o caso de uma venda do controle da holding Eletrobras. Uma saudável competição pode trazer melhorias senão no avanço tecnológico, pelo menos no tocante à questão da responsabilidade social", diz Alquéres. Ruídos também têm ocorrido. No leilão pelo controle da Eletropaulo com a Enel, a Neoenergia fez críticas. Em 2018, Mario Ruiz-Tagle, presidente da Neoenergia, controlada pela espanhola Endesa e pelo Banco do Brasil, que perdeu a disputa, reclamou da competição. "Meus competidores correm com doping. Estados não têm o mesmo racional econômico que companhias privadas", ressaltou em entrevista ao **Valor** em 2018.

Esse movimento de avanço das estatais estrangeiras está presente também nos Estados. Diante da crise fiscal e queda de investimentos públicos, a ordem é atrair capital privado. "Não estamos em situação de dispensar poupança externa, muitas dessas estatais têm capital aberto ou sistemas de governança que são modelo em seus países de origem e podem aportar capital e conhecimento em projetos que são essenciais", afirma o governador da Bahia, Rui Costa (PT).

A Bahia tem interesse na construção da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol), projeto da União, que pode movimentar mais de R\$ 10 bilhões para escoar a produção de minério e grãos. O governo baiano tem articulado reuniões entre investidores do Casaquistão, que estão com uma mina ao redor do traçado da ferrovia, e de empresas chinesas, como a CCCC.

O governo federal não está preocupado com esse avanço. Para Diogo Mac Cord de Faria, secretário de Desenvolvimento de Infraestrutura do Ministério da Economia, o cerne dos contratos de concessão e PPPs no Brasil é na modelagem BOT (sigla em inglês de "Build, Operating and Transfer"), ou seja, o operador constrói, opera e transfere. "Não são contratos eternos, mas finitos, sendo a maioria de 25 ou 30 anos, e eles contêm cláusulas que permitem cancelamentos ou rediscussões se houver alguma ocorrência", diz. Para ele, essas estatais são grupos internacionalizados que observam as oportunidades no Brasil e trazem

novas tecnologias e capital em um momento em que o país precisa de poupança para fomentar a infraestrutura. "São grandes grupos que trazem conhecimento e tecnologias diferentes, o Brasil precisa de capital privado para resolver suas ineficiências e os gargalos da infraestrutura, que hoje reduzem a eficiência da economia brasileira", ressalta.

Se no Brasil esse avanço não tem trazido grandes discussões públicas, no exterior essa movimentação tem sido vista com cautela e tem fomentado o envolvimento até do Congresso de alguns países, diz Claudio Castelo Branco Puty, professor da Universidade Federal do Pará e professor visitante do Brics Center da Universidade de Economia e Negócios Internacionais de Pequim. Estudioso do investimento das empresas chinesas no Brasil, ele esteve na Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento em 2015, quando foi um dos formuladores do fundo de investimento entre Brasil e China em obras de infraestrutura.

"Na Alemanha e na França, quando se discute a privatização de empresas, se debate se as empresas chinesas poderão participar delas em setores estratégicos", afirma. Há dois anos, quando o governo francês debatia vender fatia na Engie, se chegou a anunciar que grupos ingleses, americanos e chineses teriam restrições para adquirir capital da empresa de energia. "Nos EUA, há comissão do Congresso para avaliar se a Huawei é uma estatal e se o Exército chinês tem algum envolvimento nela", afirma. A gigante chinesa tem brigado com o governo americano para poder participar de negócios com empresas dos EUA. Em recente entrevista ao **Valor**, o vice-presidente, Hamilton Mourão, disse que o governo brasileiro não deve criar obstáculos para a vinda da empresa chinesa ao país.

O avanço das estatais chinesas não é fenômeno brasileiro. Relatório da Comissão Europeia de março aponta que o investimento chinês na União Europeia era incipiente até 2008, mas depois começou a ganhar velocidade e densidade. Em 2009, atingiu US\$ 2,5 bilhões. Em 2017, foram US\$ 33 bilhões. Desde 2000, mais de 60% dos investimentos têm sido feitos por estatais chinesas, com destaque para área de logística e concessões públicas. A Comissão abriu investigação sobre a aquisição da Pirelli pela chinesa CNRC para avaliar se o investimento continha subsídios do governo. "As estatais estrangeiras têm movimentado o xadrez para conquistar espaço, e a China tem ganho espaço", diz Puty.

A redução da participação das grandes construtoras brasileiras no mercado nacional e o ingresso de novos "players", pelo processo de desinvestimento da Petrobras e outras oportunidades, terão impacto sobre o mercado de bens de capital e engenharia da América Latina e África, onde o Brasil detém relevante presença. A troca de cadeiras e a perda de poder das grandes construtoras podem gerar impactos além do Brasil. Segundo estudo da LCA Consultores, o Brasil é vice-líder na exportação de serviços de engenharia, com 18% de participação, atrás apenas da Espanha, com 30%, entre os países com atuação na América Latina.

O reforço da presença dessas estatais estrangeiras deverá reforçar a relevância da regulação e da atuação das agências reguladoras, aponta Sergio Lazzarini, professor do Insper e estudioso das estatais. "O Brasil não tem poupança privada ou pública para investir, essas estatais ganham espaço e isso não é ruim. A questão é regulação e concorrência", diz. Há duas semanas, o projeto de lei 52/2013 que trata de aperfeiçoamento regulatório das agências reguladoras foi aprovado no Senado, e as mudanças estão em análise para sanção na Câmara. O texto final rejeitou a permissão que havia sido aberta pelos deputados para indicações políticas em empresas estatais.

O projeto contém medidas para garantir autonomia e transparência para as agências reguladoras, bem como estabelecer meios para evitar a interferência da iniciativa privada no setor regulado. "A independência e reforço das agências reguladoras são pontos nevrálgicos da abertura do setor de infraestrutura", diz Joelson Sampaio, coordenador do curso de economia da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV).

Negociar com empresas estatais pode ter algumas especificidades. Nos últimos meses, o advogado Cesar Amendolara, sócio do Velloza Advogados, esteve duas vezes na China em visita a potenciais clientes para mostrar os projetos de concessões que poderão ser licitados nos próximos anos no Brasil. O interesse chinês é crescente. "Em algumas transações, a autorização para que o investimento seja feito e saia da China passa por uma autorização do governo."

O economista Kalman Kalotay, da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (Unctad), estima que existam cerca de 1,5 mil estatais que investem fora de seus países, sendo que o universo de empresas com controle do Estado estaria perto de 20 mil no mundo. Cerca de 18% dessas multinacionais com presença de governo em sua estrutura acionária são

chinesas, o que demonstra o ingresso do país asiático na economia mundial. A Malásia teria 5,4% delas, depois viriam Suécia (3,3%), França (3,1%) e Itália (3%).

"Essas estatais multinacionais respondem por 1,5% do número de multinacionais no mundo, mas representam 15% das cem maiores empresas não financeiras no mundo e 41% das maiores não financeiras em economias de desenvolvimento", diz o economista. Dessas 1,5 mil estatais multinacionais, 34% delas são integralmente propriedade de governos, sendo que 29% têm participação majoritária de Estados em sua estrutura acionária.

Em estudo divulgado neste ano, Kalotay aponta que esse avanço de investimentos estrangeiros de estatais traz desafios. Para essas empresas, haverá uma pressão crescente para que sejam mais transparentes com seus investimentos e suas práticas, assim como terão de adotar cada vez mais padrões socioambientais ainda mais rígidos. As empresas também precisarão provar-se competitivas e assegurar sua sobrevivência sem ter acesso a subsídios.

"Não se pode dizer que essas estatais são um obstáculo para a economia de mercado contemporânea, bem que elas são campeãs de desenvolvimento. Mas o impacto real delas só poderá ser determinado com base em dados, e eles precisarão ser obtidos por meio de detalhadas investigação e análise."

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 14/06/2019

Seção: Finanças

Autor: André Mizutani | De São Paulo

Título: Petróleo impulsiona ganhos em Wall Street

A atenção dos investidores se voltou ontem aos preços do petróleo, depois que um ataque a dois navios petroleiros no Estreito de Ormuz, no Golfo Pérsico, alimentou incertezas sobre a oferta da commodity. O episódio de ontem se soma aos ocorridos no mês de maio, quando quatro petroleiros foram danificados por minas nas águas dos Emirados Árabes Unidos, aumentando a instabilidade na região.

Com o impulso dado pelo noticiário, os contratos futuros do Brent para agosto encerraram o dia em alta de 2,23%, a US\$ 61,31 o barril, depois de tocarem alta de 5,1% nas máximas intradiárias. Os contratos do WTI para julho encerraram a

sessão em alta de 2,22%, para US\$ 52,28 o barril, após avançar 4,51% na máxima intradiária.

Os ganhos da commodity impulsionaram, por sua vez, as ações das companhias de energia, que lideraram os ganhos no S&P 500, em alta de 1,25%. O índice amplo de Nova York teve valorização de 0,41%, a 2.891,64 pontos, ampliando os ganhos da semana. O Dow Jones, por sua vez, fechou em alta de 0,39%, a 26.106,77 pontos, enquanto o Nasdaq subiu 0,57%, a 7.837,13 pontos.

O cenário de risco alimentou a demanda dos investidores por ativos de proteção. Os rendimentos dos títulos americanos voltaram a recuar, devolvendo a recuperação do começo da semana e voltando aos níveis da sexta-feira passada. O juro da T-note de dez anos recuou a 2,10%, frente a 2,13% do fechamento anterior e a 2,09% do encerramento da semana passada. O contrato futuro do ouro, por sua vez, encerrou o dia em alta de 0,51%, para US\$ 1.343,70 por onça-troy.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 14/06/2019

Seção: Brasil

Autor: Marcos de Moura e Souza | De Belo Horizonte

Título: Zema quer mudar Constituição de MG para facilitar processo de privatização

O governador de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo), vai tentar alterar a Constituição do Estado para facilitar a privatização de suas principais estatais.

O **Valor** teve acesso a parte do plano do governo, que ainda está para ser encaminhado à Assembleia Legislativa.

O plano prevê a venda da Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig), da Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa), ambas com ações negociadas em bolsa, e da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (Codemig).

A Codemig é a empresa responsável pelo contrato que o Estado tem com a Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (CBMM) para a produção de nióbio. A CBMM é a maior produtora de nióbio do mundo - insumo usado pelas siderúrgicas na fabricação de aço - e é controlada pela família Moreira Salles.

As reservas exploradas pertencem ao Estado e ficam na região de Araxá, cidade natal de Zema.

Para privatizar a Cemig e a Copasa, o governo teria de obter não apenas a aprovação dos deputados estaduais, mas também o aval dos eleitores por meio de referendo. A avaliação no governo é que uma consulta popular poderia colocar em risco os planos de privatização. A exigência do referendo está expressa na Constituição mineira.

Segundo os planos, o governo Zema tentará convencer a Assembleia Legislativa a revogar a exigência do referendo.

O argumento que será usado é que os 77 deputados estaduais já representam a voz do eleitorado mineiro e que, portanto, o referendo seria dispensável, além do que sua aplicação seria onerosa para um Estado em séria crise financeira.

A decisão agora é incluir a proposta de venda das estatais no pacote de ajustes que está sendo finalizado pela equipe do governador e que deve ser apresentado à Assembleia Legislativa neste mês ainda ou no início de julho, mas o governo diz que ainda não decidiu se a venda de Cemig e Copasa será proposta no pacote de ajuste.

O pacote pretende enquadrar o Estado à lei complementar 159, de 2017, que regulamenta o Regime de Recuperação Fiscal dos Estados e do Distrito Federal (RRF).

O RRF permite que Estados com as finanças em forte de desequilíbrio fiquem sem pagar juros da dívida que têm com a União por até seis anos. Nesse período, precisam reduzir gastos e adotar medidas estruturais, entre elas privatizações.

Em um relatório publicado no fim de maio no qual avalia o interesse do atual governo de Minas de aderir ao RRF, a Secretaria Nacional do Tesouro, órgão do Ministério da Economia, defende a venda das estatais.

Para aprovar o pacote, Zema terá de formar maioria que ainda não tem na Assembleia. Dos 77 deputados, apenas três são de seu partido. O bloco de apoio ao governador tem hoje apenas 22 votos.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 14/06/2019

Seção: Brasil

Autor: Cristiano Zaia | De Brasília

Título: Parecer rejeita fim de tabelamento de frete

O Ministério da Economia deu parecer contrário ao fim do tabelamento de frete rodoviário no país, proposto por duas emendas de deputados da bancada ruralista do Congresso à Medida Provisória da Liberdade Econômica.

A equipe econômica já recomendou ao futuro relator da MP na comissão mista, deputado Jerônimo Goergen (PP-RS), a rejeição das emendas "jabuti" (estranhas ao conteúdo original da lei). Ambas consideram que a tabela de frete não funcionou e só trouxe prejuízos para empresas e transportadores autônomos.

O parecer, obtido pelo **Valor**, recomenda a "discussão política" em torno do tema, mas sinaliza que o governo não quer se indispor com os caminhoneiros autônomos, a quem tem acenado com uma série de medidas na tentativa de evitar uma nova onda de greves como a que afetou o país no fim de maio do ano passado, na leitura de fontes a par do assunto. E que o imbróglio em torno do frete está longe de um desfecho.

Dentro do governo, apesar de a ministra Tereza Cristina (Agricultura) já ter se posicionado diversas vezes contra a tabela, em linha com o agronegócio, os ministros Onyx Lorenzoni (Casa Civil) e Tarcísio Freitas (Infraestrutura) vêm conseguindo até agora conter a insatisfação dos caminhoneiros autônomos com aumentos de preço no óleo diesel.

Quanto à emenda do deputado Alexis Fonteyne (Novo-SP), que pede a revogação da Lei do Piso Mínimo de Frete - sancionada em 2018 para por fim à greve dos caminhoneiros -, a Economia disse se tratar de uma "decisão política" e que demandaria estudo aprofundado para avaliar impactos de curto e longo prazos.

Em relação à emenda do deputado Pedro Lupion (DEM-PR), que prevê que o tabelamento seja apenas referencial, e não obrigatório, a Economia argumentou que o assunto requer "avaliação setorial mais elaborada". A emenda recebeu, em carta, apoio "irrestrito" de 46 entidades empresariais, a maioria do agronegócio, mas que também incluem as do segmento industrial, como Fiesp e Abimaq.

Goergen, integrante da bancada ruralista, disse ao **Valor** que a decisão de incluir ou não no relatório as emendas que pedem a nulidade da tabela de frete é decisão que depende de negociação entre lideranças de caminhoneiros e entidades empresariais como a Confederação Nacional da Indústria (CNI).

"Se for fechado algum acordo entre empresas e caminhoneiros que viabilize a sanção, não vejo nenhum problema em acatar as emendas. Caso contrário, o presidente Bolsonaro poderá vetar esse ponto do frete", afirmou o deputado. "Mas não quer dizer que vou acatar tudo que o governo quer."

Revogar a lei do frete mínimo faz parte da estratégia que vem sendo retomada por diversas entidades de classe empresarial, como a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e a própria CNI, que chegaram a ingressar com ações de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal (STF) pedindo a anulação da tabela.

Na semana passada, o ministro Luiz Fux, relator do assunto no STF, liberou as ações para julgamento em plenário, cuja data depende do presidente, Dias Toffoli. Com a demora do STF em apreciar o tema, o setor empresarial passou a avaliar que a saída legislativa pode ser mais rápida que no Judiciário.

"Estamos aguardando o STF pautar o julgamento das ações contra o frete, e a nossa expectativa é que isso seja feito o quanto antes. Mas, se ocorrer alguma modificação na legislação que eventualmente atenda nosso pleito, a ação acaba perdendo o objeto e poderá ser arquivada", afirma Rudy Ferraz, consultor jurídico da CNA.

A comissão mista de deputados e senadores que analisará a MP foi instalada na semana passada, mas o início de suas atividades, que estava previsto para ontem, foi adiado para a próxima semana. O relator disse que está preocupado com os prazos de tramitação e que fará um calendário enxuto. Das 301 emendas propostas ao todo, o parecer do Ministério da Economia aceita 50, acata parcialmente 68 e rejeita 183.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 14/06/2019

Seção: Empresas

Autor: Rita Azevedo e Francisco Góes | De São Paulo e do Rio

Título: Vale negocia dois acordos com a Justiça

A curto prazo a prioridade da administração da Vale continua sendo reparar os danos causados pela tragédia de Brumadinho (MG) e chegar a acordos definitivos com autoridades brasileiras. A mineradora está trabalhando para assinar dois Termos de Ajustamento de Conduta (TACs): um relacionado aos impactos socio-econômicos e outro ligado a questões ambientais resultantes do rompimento da barragem de Brumadinho, em janeiro. Todo esse cenário foi descrito pelo presidente da Vale, Eduardo Bartolomeo, a analistas de bancos recebidos pela companhia, no Rio, na quarta-feira.

Um dos temas discutidos na reunião foi o cenário para retomada do pagamento de dividendos aos acionistas. Não está claro ainda quando isso poderá acontecer. Logo depois da tragédia a Vale anunciou a suspensão da remuneração aos investidores, seja via dividendos ou por meio do pagamento

de juros sobre capital próprio. A empresa tinha em andamento um programa de recompra de ações, que também foi suspenso.

O BTG Pactual, presente ao evento, disse em relatório que acredita que a administração da Vale adotou um tom "prudente", esperando "recuperar o direito" de distribuir dividendos aos acionistas depois do desastre de Brumadinho. Para o banco, o retorno dos pagamentos é uma questão de tempo.

No mercado, comenta-se se poderá haver alguma mudança na fórmula de pagamentos de dividendos, quando a companhia voltar a remunerar seus investidores. A política atual, instituída pelo ex-presidente Fabio Schvartsman, prevê o pagamento de 30% do lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês), menos o investimento corrente. O BTG disse no relatório que a empresa poderia reestabelecer uma fórmula antiga de pagar aos acionistas o equivalente a cerca de 50% do fluxo livre de caixa.

Sobre os acordos com a Justiça, a administração da Vale destacou na reunião que está trabalhando para assinar dois acordos separados, um sócio-econômico, que já está em uma fase adiantada e com quase todo o valor provisionado, e um acordo ambiental, que ainda precisa ser negociado, diz o relatório. Os dois acordos só devem ser fechados no próximo ano, mas há a expectativa de que outros pequenos acordos sejam assinados na segunda metade de 2019.

Também presente ao encontro, o Bradesco BBI avaliou, em relatório, que a Vale está no caminho para recuperar a confiança da sociedade e dos investidores. Segundo o banco, a mensagem passada pela administração da Vale foi positiva, embora fosse esperado um acordo mais rápido entre a companhia e as autoridades sobre as indenizações referentes a Brumadinho.

Pelo lado positivo, as provisões adicionais relacionadas ao caso devem ser registradas no segundo trimestre, o que deve fornecer uma estimativa melhor do valor total que será gasto com o caso. "A administração parece concordar com a nossa estimativa de US\$ 4 bilhões a US\$ 5 bilhões", diz trecho do relatório. No primeiro trimestre de 2019, a Vale registrou um impacto financeiro de R\$ 19 bilhões referente a Brumadinho.

Quando os investidores entenderem que é improvável que as compensações ultrapassem o número de US\$ 4 bilhões a US\$ 5 bilhões, é esperado que as ações sejam reclassificadas, disse o Bradesco BBI. A Vale é negociada a preço equivalente a quatro vezes o Ebitda esperado para 2020, relação mais baixa dentro do histórico da companhia e com desconto de 40% para a concorrente Rio Tinto.

A corretora Itaú BBA destacou que a Vale está otimista com a retomada das operações na mina de Brucutu (MG), uma das principais da empresa no Estado. O retorno de Brucutu poderá adicionar 20 milhões de toneladas de capacidade uma vez que a empresa já produz no local 10 milhões de toneladas pelo sistema a seco. Na reunião, a Vale comunicou que o conselho aprovou investimento de US\$ 50 milhões para estudos da potencial expansão da produção no sistema norte, no Pará.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 14/06/2019

Seção: Internacional

Autor:

Título: EUA acusam Irã por ataque a navios; petróleo sobe

Mike Pompeo, o secretário de Estado dos EUA, culpou o Irã pelos atentados de ontem no Golfo de Omã que causaram danos a dois navios petroleiros, levaram à alta nos preços do petróleo e aumentaram a tensão no Oriente Médio.

Pompeo disse que a avaliação dos EUA "está baseada no serviço de inteligência, nas armas usadas, no nível de perícia necessário para a execução da operação, recentes e parecidos ataques iranianos a navios e no fato de que nenhum grupo financiado por um Estado na área possui recursos para agir com tamanho grau de sofisticação".

O secretário, que não apresentou as evidências, acrescentou que pediu ao embaixador dos EUA na ONU, Jonathan Cohen, para abordar a questão no Conselho de Segurança. "A comunidade internacional condena o ataque do Irã à liberdade de navegação e a utilização de civis inocentes com alvos."

Horas após a declaração de Pompeo, o ministro de Relações Exteriores da Arábia Saudita, Adel al-Jubeir, disse que seu governo concordava com a avaliação dos EUA. No Reino Unido, o ministro do Exterior, Jeremy Hunt, disse que "nosso ponto de vista é acreditar na avaliação dos EUA de que o Irã é o culpado pelos ataques".

Por outro lado, os governos do Catar e dos Emirados Árabes Unidos (EAU), em notas separadas, pediram contenção para evitar uma escalada na tensão regional.

A missão iraniana na ONU divulgou nota dizendo que seu país "rejeita categoricamente as acusações infundadas dos EUA" com relação aos "incidentes" com os navios-petroleiros.

Os navios, um japonês e um norueguês, foram atingidos por armas desconhecidas e abandonados perto do Estreito de Ormuz, uma das rotas de navegação mais movimentadas do mundo e ponto de passagem estratégico para as exportações de petróleo da região. Nenhum grupo reivindicou responsabilidade pelos atentados.

A Kokuka Sangyo, com sede em Tóquio, disse que seu navio Kokuka Courageous ficou à deriva, mas toda a tripulação foi salva. Os proprietários noruegueses do Front Altair disseram que sua tripulação foi resgatada ilesa e transferida para um porto iraniano pela Marinha do Irã.

Os atentados ofuscaram a visita do premiê japonês, Shinzo Abe, ao Irã, com o intuito de tentar atenuar a tensão entre EUA e Irã - em nível elevado desde que o presidente Donald Trump, no ano passado, retirou os EUA do acordo nuclear firmado em 2015 com Teerã.

Abe estava reunido com líder supremo iraniano, o aiatolá Ali Khamenei, quando a notícia dos atentados veio à tona. Após a reunião, Khamenei descartou qualquer diálogo com os EUA. "A República Islâmica do Irã não confia nos EUA", afirmou o aiatolá.

Os incidentes, que ocorreram em águas entre o Irã e a península árabe, elevaram o preço do petróleo tipo Brent em até 4,5% na máxima do dia. No fechamento, o petróleo Brent teve alta de 2,2%.

O Front Altair estava deixando o golfo após ser carregado em Ruwais, nos EAU. O Kokuka Courageous havia sido carregado em Jubail, na Arábia Saudita. Os EAU e a Arábia Saudita são aliados próximos dos EUA e apoiam os esforços do governo Trump para reduzir a influência iraniana na região.

A TV iraniana mostrou imagens de fogo saindo por um grande buraco no Front Altair, enquanto fumaça negra saía de seu casco danificado. Uma mensagem que circulou ontem entre executivos da marinha mercante dizia que o incêndio foi causado por um "ataque de superfície".

A Kokuka Sangyo disse que recebeu um relatório indicando que o seu navio Kokuka Courageous foi atingido por dois projéteis, com três horas de diferença.

A infraestrutura petrolífera e de transporte do golfo vem sofrendo ataques desde o início de maio, quando os EUA alertaram para uma "escalada" não especificada de ações de Teerã e enviaram mais recursos militares à região. Autoridades iranianas classificaram os ataques de suspeitos.

Ontem, Mohammad Javad Zarif, ministro do Exterior do Irã, disse que "suspeita não serve para descrever" o fato de que os atentados aos navios coincidiram com o encontro de Abe com Khamenei.

Após atos de sabotagem contra quatro navios petroleiros no mês passado, Washington disse suspeitar que o Irã esteve por trás dos ataques. Uma investigação dos EAU por pouco não culpou a República Islâmica, mas disse que um "agente estatal" foi o responsável. Teerã negou qualquer envolvimento.

Helima Croft, ex-analista da CIA e hoje na RBC Capital Markets, disse que os atentados aumentam o risco de um confronto entre os EUA e o Irã. "Esses são os tipos de incidentes para os quais vínhamos alertando e que podem colocar a região à beira de uma guerra."

Helga Maria Schmid, secretária-geral do braço de política externa da União Europeia, discutiu os incidentes com os navios com autoridades em Omã e os dois lados expressaram uma "clara preocupação", segundo disse um porta-voz.

Na quarta-feira, um foguete disparado por houthis iemenitas atingiu o aeroporto de Abha no sul da Arábia Saudita, ferindo 26 pessoas. Riad e Washington acusam o Irã de traficar armas para os rebeldes houthis, incluindo mísseis usados contra alvos sauditas. O Irã nega as acusações. **(Com agências internacionais)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 14/06/2019

Seção: Empresas

Autor: Graziella Valenti | De São Paulo

Título: Odebrecht pode levar R\$ 50 bi à Justiça

Está nas mãos do conselho de administração da Odebrecht a decisão de levar a holding do grupo, conhecida pela sigla ODB, para recuperação judicial na próxima semana. Os trabalhos nessa direção seguem em andamento e podem levar à Justiça um volume superior a R\$ 50 bilhões em compromissos, dos mais variados tipos, de um total de R\$ 80 bilhões devidos pelo conglomerado, mais controladas e investidas. O que será listado, se essa for a opção, são todas as obrigações que implicam a ODB.

No fim de semana, uma dos principais trabalhos será a composição da lista de credores, segundo apurou o **Valor**. Trata-se de questão altamente estratégica, pois são eles que decidirão o futuro. Está em estudo listar como credores acionistas minoritários da holding da família, chamada Kieppe, e que têm cobranças contra o grupo, como os Gradin e, mais recentemente, José Carlos Grubisich.

Numa recuperação judicial, um plano de negócios e de pagamento precisa ter aprovação em assembleia da maioria dos credores em termos absolutos (volume de dívida e número de credores) e por classes, que variam conforme prioridade de recebimento e garantias. A reorganização da dívida da Odebrecht está aos cuidados da RK Partners, de Ricardo Knoepfelmacher, e do escritório E.Munhoz Advogados, de Eduardo Munhoz.

A solução vislumbrada para a Odebrecht passa pela redução da dívida em um volume de R\$ 20 bilhões a R\$ 25 bilhões. Desse total, R\$ 7 bilhões seriam resolvidos dentro de uma recuperação extrajudicial da construtora OEC e R\$ 18 bilhões migrariam para uma nova holding - deixando de ser uma dívida bancária tradicional, com vencimento e juros.

Esse volume transferido da ODB seria transformado numa espécie de debênture com participação nos lucros (DPL). Tais créditos seriam recuperados pelo que for possível se extrair de recursos futuros de três principais ativos: Braskem, a construtora OEC e a produtora de etanol Atvos, que já está em recuperação judicial. O dinheiro pode vir tanto da venda de ativos quanto de dividendos da operação, após a reestruturação das finanças de cada um (a petroquímica não passa por reestruturação).

O valor total que pode ser colocado em juízo não inclui os R\$ 12,7 bilhões de dívidas com os bancos Itaú, Bradesco, Banco do Brasil, BNDES e Santander garantidas pelas ações da Braskem - pois são créditos extraconcursais e não podem ser incluídos. Com isso, os bancos privados terão baixíssima influência no resultado da recuperação, pois têm muito pouca dívida em ODB sem garantia - portanto, poucos votos.

No modelo em estudo, a OEC (Odebrecht Engenharia e Construção) será poupada. Contudo, como a holding OSP também deve ser dragada na recuperação, participarão da lista de credores os bondholders da construtora. Isso porque a OEC possui 40% da OSP.

Na prática, o futuro da Odebrecht ficará nas mãos dos bancos públicos e dos bondholders, que possuem quase R\$ 12 bilhões em créditos. Também estarão na lista credores relacionados às obras no Peru, com destaque para seguradoras de crédito.

Embora as ações de Braskem já estejam dadas em garantia a cinco bancos, o plano em análise prevê usar cerca de 30% do total para ser remanejado dentro da holding que receberá a dívida convertida da ODB - seja o volume de uma venda da petroquímica, sejam dividendos futuros. A questão é delicada e a estratégia sobre como conduzir isso ainda não está completamente definida, conforme fonte próxima ao tema.

Embora a Odebrecht continue em busca de uma saída negociada com seus credores, a recuperação judicial é considerada cada vez mais o único caminho possível. Não apenas pela falta de acordo, mas também pela complexidade do que precisa ser feito e que somente um ambiente judicial poderia garantir segurança.

O assunto está nas mãos do conselho de administração da ODB e, claro, do patriarca Emílio Odebrecht. O colegiado que cuidará dessa definição teve grande redução: renunciaram Jorge Toledo Camargo, Ieda Gomes Yell e Sergio Foguel. Com isso, a decisão está nas mãos de Ruy Sampaio, presidente do conselho; Luciano Guidolin, presidente executivo da ODB; e os independentes Roberto Faldini e João Nogueira Batista.

É possível que a decisão seja avaliada na segunda-feira, uma vez que os trabalhos estão sendo feitos de forma a deixar tudo pronto para a próxima semana - que será curta por causa do feriado de Corpus Christi. A expectativa de um possível dividendo de Braskem pode adiar um pouco a questão.

O grupo já vem sofrendo a execução de credores, em especial da Caixa. A instituição deflagrou algumas notificações de cobrança, como o caso do Centrad (centro administrativo do Governo do Distrito Federal) e também da Arena Corinthians.

De acordo com pessoas próximas, o caixa da holding ODB está em torno de R\$ 200 milhões (valor não confirmado) e, em breve, será necessário pagar pouco mais de R\$ 80 milhões ao Ministério Público Federal (MPF), em razão do acordo de leniência. O dividendo da petroquímica poderia trazer uma liquidez adicional de R\$ 500 milhões, que ajudaria mas, na visão de fontes próximas ao grupo, não resolveria os problemas. O restante do total de R\$ 1 bilhão da fatia de provento da Odebrecht ficaria com os bancos credores.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 14/06/2019

Seção: Empresas

Autor: Stella Fontes, Ivo Ribeiro e Graziella Valenti | De São Paulo

Título: MP de Alagoas vai recorrer de decisão favorável à Braskem

O Ministério Público Estadual e a Defensoria Pública de Alagoas vão recorrer da decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) que liberou a Braskem a distribuir a seus acionistas R\$ 2,67 bilhões em dividendos. O aval do presidente do STJ, ministro João Otávio de Noronha, foi criticado pelos órgãos estaduais, embora não desse margem ao pagamento imediato do provento.

Até o fim da tarde de ontem, a petroquímica ainda não havia apresentado à Justiça de Alagoas o seguro garantia de igual valor, condição imposta pelo STJ para a liberação dos dividendos. Além disso, não havia consenso quanto à necessidade de convocação de nova assembleia geral extraordinária (AGE) para deliberar sobre o assunto. Em fato relevante divulgado pela manhã, a Braskem informou que a "efetiva distribuição dos dividendos está ainda condicionada à análise e deliberação pelos órgãos competentes, observadas as regras de governança".

O Conselho de Administração já trabalhava em alternativas jurídicas que possibilitariam a distribuição sem ter de passar pelo crivo dos acionistas. Para alguns conselheiros, prevalece a tese de que o artigo 46 do estatuto da Braskem libera o colegiado a declarar dividendos intermediários. Para advogados próximos à companhia, porém, é preciso chamar nova AGE. Ontem, o conselho se reuniu para discutir questões relacionadas ao seguro e não havia previsão de debate em torno desse assunto.

Conforme o procurador-geral de Justiça de Alagoas, Alfredo Gaspar de Mendonça Neto, serão utilizados "todos os recursos possíveis e necessários" em busca de indenização às famílias afetadas pelo afundamento do solo em três bairros de Maceió. Um laudo do Serviço Geológico do Brasil (CPRM) associou esse evento à mineração de sal-gema da Braskem na região.

"O Judiciário não pode permitir que as medidas cheguem após o aparecimento de cadáveres. Nós temos toda uma população numa área instável e de encostas, que precisa ser retirada imediatamente. Milhares de pessoas foram lesadas e são vítimas da irresponsabilidade da empresa", disse o procurador-geral, em nota.

Para o defensor público-geral do Estado, Ricardo Antunes Melro, a decisão do STJ é equivocada, uma vez que o expediente processual utilizado pela petroquímica é de uso exclusivo do poder público. "É absurdo o Judiciário admitir isso. A Braskem agora está preocupada com a economia nacional", afirmou. Conforme Melro, também não cabe uma decisão dessa natureza sem que se analise o histórico que originou o processo contra a Braskem.

"Pelo teor da decisão, o ministro não tem o exato conhecimento do conteúdo do pedido principal, pois ele simplesmente admitiu liberar os dividendos em substituição de um seguro garantia que somente pode ser pago após o trânsito

em julgado, que deve ocorrer, pelos dados do Conselho Nacional de Justiça, daqui a uns 10 anos ou mais", afirmou, também em nota.

O defensor destaca que, com a ação que pede o bloqueio de R\$ 6,7 bilhões da Braskem, os órgãos estaduais pretendem antecipar as indenizações via tutela de urgência. "Portanto, não há interesse desse seguro garantia para a sociedade", acrescentou.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 14/06/2019

Seção: Economia

Autor: LUCIANA COLLET E DENISE LUNA (RIO)

Título: Petrobrás tem oferta de US\$ 1 bi por áreas e recebe R\$ 33 bi da TAG

A Petrobrás recebeu propostas para os polos de produção de petróleo de Pampo e Enchova, na bacia de Campos. As ofertas superam US\$ 1 bilhão, segundo informou a estatal. A candidata principal seria a Trident Energy, com sede em Londres, segundo fonte do setor. Procurada, a empresa não respondeu a pedido de entrevista. Já a Ouro Preto preferiu não comentar. Ontem, a petroleira também informou que a venda de 90% de sua subsidiária Transportadora Associada de Gás (TAG) para a franco belga Engie e o fundo canadense Caisse de Dépôt et Placement du Québec (CDPQ) foi concluída, com o pagamento de R\$ 33,5 bilhões ontem.

Do valor total da transação, aproximadamente R\$ 2 bilhões foram à liquidação da dívida da TAG com o BNDES. Já a Engie informou que o engenheiro Gustavo Labanca será o novo presidente da TAG. Ele atuava como diretor de desenvolvimento de negócios da Engie Brasil e foi um dos líderes do processo de aquisição da TAG. A Engie destacou que a transação é um passo importante na abertura em curso do segmento de gás natural no País e marca a entrada da companhia nesse mercado no Brasil. "A aquisição possibilita rápido crescimento no País com novas fontes de receitas em uma nova linha de negócios, garantindo a sustentabilidade do grupo no longo prazo", disse Maurício Bähr, presidente da Engie Brasil.

A compra da TAG está em linha com a meta da Engie de obter receitas de ativos de setores regulados – como o de gasodutos – e com contratos de longo prazo. De acordo com Bähr, é importante manter contratos nessa fase de transição para um novo mercado de gás, que tem tudo para se expandir.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 14/06/2019****Seção: Economia****Autor: Cynthia Decloedt****Título: Caixa executa garantias da Odebrecht**

Gigante endividado. Operação, que corre em segredo de Justiça, é referente a empréstimos feitos para a construção do estádio Itaquerão, em SP; decisão do banco público pode levar grupo pivô da Operação Lava Jato a pedido de recuperação judicial

A Caixa Econômica Federal deu andamento à execução de garantias de dívidas da Odebrecht S.A, apurou o "Estadão/ Broadcast". A execução corre em segredo de Justiça, como desdobramento da pressão que o banco público vem fazendo contra o grupo desde o pedido de recuperação judicial da Atvos, seu braço de açúcar e álcool. Com dívidas de R\$ 70 bilhões, o controlador tem ficado sem opções para escapar de uma recuperação judicial – processo que os executivos e acionistas do grupo têm evitado ao máximo. Entretanto, segundo fontes próximas ao conglomerado, o processo está sendo concluído para um eventual pedido de proteção à Justiça na próxima semana.

Tudo, porém, vai depender da Caixa, disse um executivo ligado à negociação. As garantias que estão sendo executadas agora, de acordo com três fontes ouvidas, são relacionadas a dívidas do Itaquerão, estádio do Corinthians. Após o pedido de recuperação judicial da Atvos, a Caixa informou que executaria as garantias dadas pela Odebrecht S.A. a empréstimos feitos pelas empresas que controla. Assim, o banco e outros credores aceleraram os pedidos de execução das dívidas da Atvos. Foi um procedimento formal, sem efeito prático, já que a companhia está protegida pela Justiça. Porém, foi um passo necessário à execução das garantias do grupo. Apesar do início de execução pela Caixa, o rito legal deixa uma janela de tempo, ainda que pequena, para o grupo seguir negociando com os bancos. Essa negociação envolve atender ao pedido da Caixa de obtenção de ações da Braskem como garantia à sua exposição ao grupo.

Somente Caixa e o Banco Votorantim não têm seus créditos cobertos por ações da petroquímica. A exposição da Caixa na Odebrecht supera R\$ 2 bilhões. Para dar ações da Braskem, a Odebrecht precisa, no entanto, do aval dos demais bancos detentores de papéis. Além disso, como as ações caíram, o valor da Braskem hoje é insuficiente para cobrir dívidas. Dividendos. Uma notícia positiva para o conglomerado nesta semana foi a decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) de liberar a Braskem para fazer o pagamento dos dividendos aos seus acionistas.

O pagamento havia sido bloqueado em abril, após pedido do Ministério Público e da Defensoria Pública de Alagoas, devido aos estragos ocorridos em bairros de Maceió por causa da extração de sal-gema na região, pela petroquímica. A decisão vai liberar R\$ 1 bilhão para a Odebrecht. Procurada, a Odebrecht não comentou. A Caixa disse que não comenta processos judiciais em curso./
COLABOROU RENÉE PEREIRA

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 14/06/2019

Seção: Colunas

Autor: Alberto Bombig

Título: » Meu.

Coluna do estado

O ex-ministro general Luna e Silva emplacou mais uma indicação em Itaipu Binacional. Conseguiu o aval da Eletrobras para nomear o engenheiro Celso Torino, militar e funcionário de carreira.

COM JULIANA BRAGA E MARIANNA HOLANDA

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 14/06/2019

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona

Título: Após aval do STF, Petrobras recebe R\$ 33,5 bilhões por rede de gasodutos

Rio de Janeiro- Uma semana após autorização do STF (Supremo Tribunal Federal), a Petrobras anunciou nesta quinta (13) o fechamento da operação de venda de 90% da TAG, subsidiária que opera as malhas de gasodutos do Norte e do Nordeste e de parte do Sudeste, à francesa Engie e à canadense Caisse de Dépôtet Plaissement du Québec, por R\$ 33,5 bilhões.

Foi a maior operação de venda de ativos da estatal até agora. Do valor total desembolsado pelas compradoras, R\$ 2 bilhões serão usados para antecipar o pagamento de dívidas da TAG com o BNDES.

A Petrobras permanece com uma participação de 10% da empresa e continuará usando os serviços de transporte prestados pela TAG.

Em nota, a estatal disse que a transferência do ativo não terá impacto em suas operações e na entrega de gás natural aos seus clientes.

"Além de ser um marco na história de 23 anos da Engie no Brasil, a aquisição possibilita um rápido crescimento no país com novas fontes de receita em uma nova linha de negócios", disse, também em nota, o presidente da Engie, Maurício Báhr. A empresa já opera no país nos segmentos de energia e mobilidade, entre outros.

A TAG será presidida pelo engenheiro Gustavo Labanca, que atuava como diretor de Desenvolvimento de Negócios da Engie Brasil.

A venda da TAG havia sido suspensa em maio por liminar do ministro do STF Ricardo Lewandowski, até que o plenário da corte discutisse a possibilidade de vendas de subsidiárias de estatais sem anuência do Congresso.

Após o julgamento que permitiu as privatizações, na semana passada, Lewandowski derrubou sua própria liminar.

A decisão do STF destravou processos de venda, pela Petrobras, também da distribuidora de gás de botijão Liquegás, da fábrica de fertilizantes de Araucária e de refinarias. A empresa pretende ainda oferecer ao mercado novas participações na BR Distribuidora.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 14/06/2019

Seção: Mercado

Autor:

Título: Governo marca para 6 de novembro megaleilão do pré-sal

O governo marcou para o dia 6 de novembro o megaleilão do pré-sal que pode render até R\$ 106 bilhões para os cofres da União. O edital divulgado nesta quinta (13) prevê que o pagamento deve ser feito até o dia 27 de dezembro, garantindo a entrada dos recursos ainda em 2019.

No leilão, o governo oferece quatro descobertas de petróleo feitas pela Petrobras, mas que excedem as áreas concedidas à estatal em troca de ações da empresa no processo de capitalização de 2010, operação conhecida como cessão onerosa.

VEÍCULO: O Globo

Data: 14/06/2019

Seção: Economia

Autor: BRUNO ROSA

Título: Após julgamento do Supremo, Petrobras conclui venda da TAG

Estatel recebe R\$ 33,5 bi do consórcio liderado pela Engie por 90% da subsidiária de gasodutos uma semana depois de decisão do STF dispensar aval do Congresso

Uma semana depois de o Supremo Tribunal Federal (STF) decidir que estatais podem vender subsidiárias sem aval do Legislativo, a Petrobras informou ontem que concluiu a venda de 90% da Transportadora Associada de Gás (TAG) para o consórcio formado pela elétrica francesa Engie e o fundo de pensão canadense CDPQ. Dessa forma, a estatal recebeu um pagamento total de R\$ 33,5 bilhões, sendo aproximadamente R\$ 2 bilhões destinados à liquidação de uma dívida da subsidiária com o BNDES.

A assinatura do negócio chegou a ser suspensa por uma liminar do ministro Edson Fachin, derrubada após o julgamento do STF que condicionou a aprovação do Congresso apenas para a venda de "estatais-mães", como a própria Petrobras.

A TAG é a maior transportadora de gás natural do Brasil, com 4,5 mil quilômetros de gasodutos. A venda da subsidiária é um dos principais negócios do plano de desinvestimentos da Petrobras, que visa principalmente à redução do seu endividamento e tem como meta arrecadar US\$ 26,9 bilhões até 2023.

ENGIE TERÁ 58,5% DA TAG

O presidente da estatal, Roberto Castello Branco, já manifestou a intenção de vender os 10% das ações restantes da TAG. A estatal estuda ainda vender outros ativos e subsidiárias, como oito refinarias, cerca de 40% das ações da BR Distribuidora, a Liquigás e a Gaspetro, cuja avaliação pode superar US\$ 32 bilhões.

A Petrobras continuará a utilizar os serviços de transporte de gás natural da TAG por meio dos contratos já vigentes entre as duas companhias, "sem qualquer impacto em suas operações e na entrega de gás natural para seus clientes", informou a estatal no comunicado divulgado ontem.

Com a definição do negócio, a Engie ficará com 58,5% da TAG, sendo 29,25% por meio de sua subsidiária local Engie Brasil Energia. Já o CDPQ terá 31,5%. A companhia será comandada pelo engenheiro Gustavo Labanca, que atuava como diretor de Desenvolvimento de Negócios da Engie Brasil desde 2016 e foi um dos líderes do processo de aquisição da TAG.

— A aquisição possibilita um rápido crescimento no país com novas fontes de receitas em uma nova linha de negócios, garantindo a sustentabilidade do grupo no longo prazo — declarou o presidente da Engie Brasil, Maurício Bàhr.

OFERTA DE US\$ 1 BI

Ontem a Petrobras também informou que recebeu propostas finais para venda de ativos em águas rasas dos polos Enchova e Pampo, na Bacia de Campos, de mais de US\$ 1 bilhão. A empresa ressaltou que se trata de mais uma etapa do processo competitivo e que a transação ainda será submetida à aprovação interna.

VEÍCULO: O Globo**Data: 14/06/2019****Seção: Editorial****Autor:****Título: Governos precisam planejar o futuro com receitas do petróleo**

Histórico recente é de grande desperdício, como se viu no Estado do Rio na década passada

Cresce a expectativa sobre o leilão, marcado para outubro, de quatro áreas para exploração de petróleo no pré-sal (Atapu, Búzios, Itapu e Sépia) pelo regime de partilha de produção. O governo federal espera arrecadar R\$ 106 bilhões via "cessão onerosa" dos blocos. O Congresso se mobiliza para garantir até 30% aos estados e municípios —proposta já aprovada numa comissão legislativa.

Numa época de grave crise fiscal, com metade dos estados e dois terços dos municípios em virtual falência, receita extraordinária é tesouro. À perspectiva favorável do leilão de outubro soma-se a probabilidade de um crescimento contínuo na extração de óleo das reservas do pré-sal. Estima-se que, com os projetos de produção já contratados e mais as áreas previstas para leilão até 2027, haverá um movimento adicional de R\$ 850 bilhões decorrente da produção nas plataformas marítimas e outros R\$ 250 bilhões na perfuração de poços.

Faltam, porém, efetivas demonstrações de planejamento, de governança e responsabilidade com o futuro por parte da quase totalidade dos governadores e prefeitos.

Raros são os casos de administrações estaduais e prefeituras que se preparam, com critérios transparentes e objetivos, para uma gestão racional e eficiente dos recursos provenientes dessa retomada do setor. O histórico recente é de grande desperdício, como se viu no Estado do Rio na década passada, durante o boom dos preços do petróleo. Em 2004, a prefeitura de Rio das Ostras gastou R\$ 26,4 milhões (valores atuais) apenas para calçar uma praça pública com piso de porcelanato.

Uma das exceções no quadro atual é o estado do Espírito Santo. Na segunda-feira, foi aprovada a criação de um Fundo Soberano com recursos da renda de petróleo e gás, que hoje representam 20% da receita corrente líquida estadual.

O Fundo foi instituído na perspectiva de que petróleo e gás "mais cedo ou mais tarde não estarão mais disponíveis para exploração em escala comercial" — segundo o projeto.

Começará com um aporte de R\$ 400 milhões neste ano. Terá caráter de fomento de investimentos sustentáveis, com reserva de 40% do saldo em poupança para "cobertura de contingências fiscais", mas somente a partir do momento em que a reserva somar R\$ 1 bilhão e, ainda, com saques restritos ao limite do rendimento anual das aplicações.

Iniciativa pioneira, merece debate pela relevância: volta-se para um futuro previsível, não muito distante, no qual será preciso enfrentar o declínio nas receitas de petróleo e gás. É uma aposta na independência fiscal.

MME / ASCOM .